ANEXO II - D E C L A R A Ç Ã O

OPTANTE PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA DE COTAS ÉTNICO-RACIAIS E SOCIAIS (PCERS) – EPU+PPI - SEGUE O DISPOSTO NA DELIBERAÇÃO CONSU-A-21, DE 02 DE JUNHO DE 2020 – PUBLICADA NO D.O.E EM 11/06/2020

Ει	,, abaixo assinado, de
na	cionalidade, nascido(a) em/, no município de
	, Estado, filho(a) de
	e de, estado
civ	l, residente e domiciliado(a) na , CEP:,
роі	tador(a) da cédula de identidade (RG) nº, expedida em
	//, declaro, sob as penas da lei, que cursei o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) (5ª
à 8	série do currículo antigo) integralmente em escola pública brasileira e estou ciente que:
2.	ao optar por participar do Exame de Seleção do COTUCA-2023 utilizando-me do Programa de Cotas Étnico-Raciais e Sociais (PCERS) - Deliberação CONSU-A-21, de 02 de junho de 2020, declarando que cursei o Ensino Fundametal II integralmente em escola pública brasileira (vaga EPU) terei que, no momento da matrícula, encaminhar documentos comprobatórios conforme Edital sobre tal informação; se, também, me autodeclarar preto ou pardo (vaga EPU+PPI) poderei ser convocado à
	participar do processo de heteroidentificação que será realizado por uma Comissão de Averiguação que utilizará exclusivamente o critério fenotípico;
	2.a. que tenho conhecimento sobre o Anexo IV do Edital do Exame de Seleção do COTUCA-2023 que descreve as orientações e protocolos para a participação no processo de heteroidentificação e que estou de acordo com os procedimentos;
3.	que tenho ciência que se convocado(a) para a matrícula utilizando-me das vagas EPU ou EPU+PPI mas não comprove esta(s) condição(ões) ou tiver minha autodeclaração de etnia indeferida pela Comissão de Averiguação, estarei desclassificado(a) do Exame de Seleção COTUCA-2023 independente de minha classificação nas vagas reservadas para ampla concorrência

Assinatura do(a) Candidato(a) ou do pai ou responsável no caso de candidato(a) menor de idade

*O Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal - Falsidade Ideológica

Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.